



Disciplina: **Processo Civil e Direitos Fundamentais**

Docente: **Eduardo Talamini**

Ementa:

●.1. Fundamentos constitucionais da tutela provisória – ●.2. Panorama da tutela provisória no CPC/2015: ●.2.1. Tutela de urgência e tutela de evidência; ●.2.2. Tutela de urgência cautelar e antecipada; ●.2.3. Tutela de urgência incidental e antecedente; ●.2.4. Eliminação da duplicidade de processos; ●.2.5. O ônus da formulação do pedido principal; ●.2.6. Estabilização da tutela antecipada – ●.3. Atividade jurisdicional urgente – ●.4. A unificação de regime das medidas de urgência incidentais: ●.4.1. Características comuns; ●.4.2. Diferença quantitativa; ●.4.3. Direito autônomo à proteção urgente; ●.4.4. Decorrências práticas – ●.5. Os limites da unidade de regime das medidas urgentes – ●.6. Normas gerais da tutela provisória: ●.6.1. Momento de concessão; ●.6.2. Modalidades processuais que comportam tutela provisória; ●.6.3. Competência; ●.6.4. Impossibilidade de concessão de ofício – Legitimação; ●.6.5. Reversibilidade; ●.6.6. Mutabilidade e revogabilidade; ●.6.7. Fundamentação da decisão; ●.6.8. Impugnabilidade; ●.6.9. Execução; ●.6.10. Cessação de eficácia; ●.6.11. Proibição de repetição – Inatingibilidade do pedido principal; ●.6.12. Responsabilidade objetiva – ●.7. Normas gerais da tutela urgente: ●.7.1. Pressupostos; ●.7.2. Caução; ●.7.3. Modalidades de tutela urgente – ●.8. Tutela cautelar antecedente: ●.8.1. Petição inicial; ●.8.2. Concessão liminar ou mediante justificação prévia; ●.8.3. Fungibilidade; ●.8.4. Defesa do réu e rumos do procedimento; ●.8.5. Ônus de formulação do pedido principal; ●.8.6. Formulação e processamento do pedido principal – ●.9. Tutela antecipada antecedente – Estabilização: ●.9.1. Petição inicial; ●.9.2. Concessão liminar ou mediante justificação prévia; ●.9.3. Fungibilidade; ●.9.4. Citação do réu e prazo defesa; ●.9.5. Ônus de formulação do pedido principal; ●.9.6. Processamento do pedido principal; ●.9.7. Estabilização da tutela antecipada – ●.10. Tutela da evidência: ●.10.1. Hipóteses de cabimento; ●.10.2. Regime jurídico – ●.11. Limites à tutela provisória.

Bibliografia:

Disponibilizada antes de cada aula

